

campos em que se move a gosto; os seus trabalhos têm o respaldo de indagações, de buscas, no acúmulo de material, que ele sabe considerar com acerto, tratar com inteligência, extraíndo conclusões claras, nítidas, das quais não há o que duvidar.

No período de 1931-1969 publicou, entre outros importantes trabalhos: *Caminhos do Ensino Médico, Aspectos da Mestiçagem nas Alagoas, Conquistas e Tendências da Medicina Contemporânea; Um Folgado do Povo, — Bumba-meu-Boi; Negros Muçulmanos nas Alagoas, os Malês; Três Ensaio: do republicanismo nas Alagoas, Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas, os Jesuítas nas Alagoas, Tribos, Aldeias & Missões de Índios nas Alagoas*. Escreve, agora, uma obra que será dedicada à memória de sua esposa, desaparecida em 14 de abril deste ano: *A Guerra da Independência nas Alagoas*.

Sempre Alagoas, sempre o homem voltado para a sua terra, o homem telúrico, a pesquisar, a ordenar, a concluir, do modo como ireis ver daqui a pouco: na linguagem simples, mas elegante; o fato, o acontecimento, o tipo, nos seus múltiplos relacionamentos, o desdobrar de marchas e contra-marchas; a contribuição pessoal, na lúcida interpretação final; tudo sem derrames literários, na linguagem seca, na quase linguagem do médico, a considerar sintomas e traçar diagnósticos.

Mas, este conferencista não é, apenas, o homem com o seu passado de estudo e trabalho, com as suas obras, com os seus livros e os seus cargos.

Há que se relacionar tudo isso à figura humana: ao homem de bom gosto, ao colecionador, ao "connaissanceur" de imagens, de louçaria, de quadros — do pintor Rosalvo Ribeiro, o maior pintor de Alagoas, possui os seus melhores trabalhos; do homem simples, que vive numa bela casa, onde ele e a esposa reuniram, num ambiente fino e agradável, um rico acervo de obras de arte; do homem cujo *hobby* é a leitura, — como aquele sábio filósofo do século XIV, ele está certo de que "não há maior prazer do que abrir um livro, só, à luz da lâmpada, e tornarmo-nos companheiros do mundo invisível"; isso, talvez, o que ainda o reconcilia com a vida, tão amarga, agora, sem a sua esposa, cuja falta o mergulhou em "l'epouvantable tristesse du jamais plus", como diz o francês Gerbault — "na terrível tristeza do nunca mais".

Eis aí o homem; que ele, agora, fale. Vereis que não falei demais a seu respeito. — JOSÉ CÉSIO REGUEIRA COSTA

Alagoas e a Independência

ABELARDO DUARTE

A Nação inteira, integrada nos mais puros sentimentos cívicos, e o Nordeste inclusive, assinalam a passagem do Sesqui-centenário da Independência do Brasil com demonstrações positivas da pujança e do progresso a que atingiu, em todos os setores, inegavelmente, o grande Brasil de nossos dias.

Pernambuco, de tão notáveis e recomendáveis tradições libertárias, cioso de sua bravura cívica ante a tirania e a submissão, ante o despotismo e a violência, este indômito Leão do Norte, está vivendo também este momento de glória nacional.

Amplas razões moveram a Universidade Federal de Pernambuco e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) — e louvores sem conta por isso merecem — quando instituíram o Curso "O Nordeste e a Independência", possibilitando sob novos moldes a recordação dos feitos e da campanha nacionalista, a luta pela Independência e os seus artífices, o ideal emancipacionista, nestas plagas, senão a revisão de certos pontos considerados merecedores disto, a análise documental mais profunda, serena e meditada, a fundamentação científica dos fatos históricos alusivos, além da explanação de temas à margem da Independência.

Foco cultural e político do Nordeste, em todos os tempos, Pernambuco irradiara para a então Comarca das Alagoas, que lhe pertencia, e afinal, para todas as Capitanias mais próximas, as idéias de liberdade, o ideal democrático, que se haviam implantado, de há muito, em seu solo e que fluíram naturalmente pelo contato de suas populações, pelas trocas e intercâmbio entre as suas mais ilustres e importantes cidades — o Recife, Olinda, Goiana e outras. Cidades que atuaram como centros de atração e dispersão, ao mesmo tempo.

A antiga Comarca, por sua vez, na prosperidade a que atingira, já em 1820 possuindo 111.973 habitantes, então Capitania independente, inculcava-se também com o direito de seguir a trilha nacionalista. Essas idéias, idéias nacionalistas, depois idéias de liberdade, trazidas de fora eram veiculadas pelos livros, principalmente, mas estes tinham curso difícil e passavam a ser manuseados como coisa proibida e de fato o eram. O livro foi assim o veículo maior e principal — não há novidade em dizê-lo — da propaganda. Livros muitas vezes copiados pacientemente a mão, e passando por empréstimo, de uma pessoa a outra. Porém, esse veículo não podia atingir senão limitado número de pessoas, obviamente por dois motivos imperiosos — dificuldade de sua aquisição e manuseio e grau de instrução dos indivíduos, restringindo-se aos grupos letrados.

Alexandre Herculano disse que o patriotismo pode aviventar o estilo, porém é péssimo conselheiro do historiador.

Tem-se de dizer lisamente, com franqueza e sem tropos literários, que a massa popular colonial mantida na ignorância, no analfabetismo e na suposição, ou no mito da divindade da realidade, não estava evidentemente à altura de assimilar facilmente essas idéias. Daí figurar o povo ainda na situação de inferioridade da massa colonial, como mostrara Euclides da Cunha, sem falar na massa escrava, que tinha um situação social negativa, à parte.

Os movimentos políticos partiriam, por esses motivos, dos patriotas letrados e esclarecidos, que iam buscar aliança nos quartéis e compunham o quadro com o povo. Ou tinham origem mesmo nos quartéis.

A campanha pela Independência nas Alagoas movimentaram-na os círculos letrados, os políticos e militares, os doutores ou “homens formados”, como se dizia. A massa figurou como elemento acessório, o que não quer dizer que não tivesse, em certos momentos, tomado a iniciativa dos atos, ou aderido a eles. Eles fizeram o proselitismo e souberam jogar com o sentimento inato no povo de que a terra nos pertencia e nos cabia torná-la livre e independente. É verdade que este sentimento supremo

podia, em certas ocasiões, irromper, espontâneo, instintivo, como uma força telúrica.

Impossível abranger todos os aspectos da luta nacionalista e filosofar sobre eles; fico nos que escolhi e que não discrepam daquele pensamento de Euclides da Cunha, um dos nossos historiadores e publicistas que melhor captaram a essência da luta nacionalista e fixaram-na em poucas mas soberbas páginas que valem por tratados, pela densidade de pensamento e força interpretativa, de que “a luta pela Independência teve, no englobar elementos destruidores e reconstrutores, o caráter de uma revolução” (1)

Procurarei focalizar o tema em tela, na faixa de tempo que vai de 1819 à proclamação da Independência brasileira ou um pouco mais além, seja entre 1822 a 1824.

Parece-me de todo o acerto, pois, o enfoque em apreço, a partir de quando a nova Capitania das Alagoas entrava, com o governo do Tenente-Coronel Sebastião Francisco de Melo Póvoas, na sua fase de organização ou estruturação de vida própria, autônoma, desde que se desvinculara, em 1817, de Pernambuco, por ato de D. João VI e os anseios nacionalistas tiveram maior curso.

I — Embora nomeado pelo decreto real de 16 de setembro de 1817, o mesmo que desmembrara a antiga Comarca das Alagoas da Capitania de Pernambuco, “Governador dela para servir por tempo de três anos, e o mais que decorrer em quanto lhe não der sucessor”, o referido Tenente-Coronel Sebastião Francisco de Melo Póvoas só a 22 de janeiro de 1819 entrou na posse “mansa e pacífica” de suas funções de Governador e Capitão-General.

O sagaz neto do Marquês de Pombal, que governou hábil e pacificamente a Capitania das Alagoas durante três anos — de 1819 a 1821 — fiel mandatário das instruções de D. João VI, seria novamente premiado com a presidência da *Junta de Governo provisional*, a primeira das três que por força da proclamação da Constituição portuguesa se instalaram nas Alagoas

e que desempenhariam papel importante nos acontecimentos locais da Independência.

O Governador Melo Póvoas chegara a Maceió, uma das oito vilas que existiam na Capitania então, sendo as demais as Alagoas, cabeça da comarca e depois sua capital, Penedo, Porto Calvo, Anadia, Atalaia, Porto de Pedra ou das Pedras e S. José do Poxim, a 27 de dezembro de 1818.

O primeiro problema que se apresentara ao governador, homem já experimentado na governança da Capitania do Rio Grande do Norte, fora o pedido do Senado da Câmara da vila de Maceió no sentido de que fixasse na mesma a sede do governo, sob a alegação de que a vila era dotada de porto marítimo, por onde facilmente se escoaria sua produção agrícola e de outros gêneros.

Contornando-o habilmente, decidiu Melo Póvoas que a sede oficial do governo não podia deixar de ser a vila das Alagoas, antiga Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, que pela sua ancianidade, como cabeça da Comarca há mais de um século, assim o exigia, mas permaneceria onde as obras de defesa militar da capitania, até então totalmente desprovida dela e entregue à sanha de traficantes e aventureiros, o obrigassem.

O historiador alagoano Moreno Brandão não lhe apreciava muito as qualidades pessoais, parecendo-lhe ser Melo Póvoas “um talento medíocre a serviço de um bom caráter severamente educado na vida de soldado”. (2)

Entretanto, no desempenho de seus dois mandatos, não se mostrou “um talento medíocre, embora não fosse um tipo de alto espírito”.

Era, porém um súdito fidelíssimo del-Rei, de uma subseriedade pasmosa.

Nos anos de 1818 a 1821, preocupado com a estruturação político-administrativa da nova Capitania, com obras que fizera executar em Maceió, para onde se transferira, entre as quais a Junta da Leal Fazenda avultava, com as repartições complementares — a Alfândega, a Casa da Arrecadação, a Inspeção

do Açúcar e Algodão — com a defesa militar do porto de Jaguaruá e enseada da Pajuçara, não ligou muito para os anseios nacionalistas dos patriotas alagoanos, embora não os perdesse de vista. Confiava bastante no seu poder militar, na sua sagacidade política e na índole pacífica do povo. Eram arreganhos ou pruridos patrióticos que não lhe faziam suar frio, pelo menos por enquanto. E assim foi até o final de seu primeiro governo, que conseguiu atravessar sem maiores atritos, desviando a atenção do povo para obras que ia implantando.

A 9 ou 11 de janeiro de 1821, eleita a primeira Junta governativa — *Junta de Governo provisional* — pelos eleitores paroquiais reunidos em junta eleitoral, ficou Sebastião Francisco Melo Póvoas na presidência, tendo como companheiros José Antônio Ferreira Braklamy, padre Antônio Gomes Coelho, Francisco de Cerqueira e Silva, Manuel Duarte Coelho, Antônio José dos Santos, José Moreira de Carvalho, José de Souza Melo e Luiz José Lopes Couto — nove membros, dos quais eram de nacionalidade portuguesa Melo Póvoas, Braklamy, Manuel Duarte Coelho.

Iniciava-se na capitania das Alagoas o período das famigeradas Juntas Governativas, que tanto deram que falar ao Brasil, onde quer que existiram.

No seu novo governo, Melo Póvoas mudaria de tática, porém já melhor apercebido ou convencido da realidade do movimento nacionalista que crescia a cada passo e não devia subestimar tanto, como fizera. Manejou-o de outro modo e talvez ainda no desejo de demonstrar sua força e coesão política.

Num assomo de bajulação, convocou a 2 de abril de 1821, as Câmaras das Alagoas e Maceió e o funcionalismo público da Capitania, pelos seus mais distinguidos elementos, civis e militares, e concitou-os a jurarem fidelidade ao Rei e ao Regime e forçando-os, é bem o termo, a um solene compromisso público. Ecoou, de certo modo, mal no ambiente político local a maneira como agira o governador, num pronunciamento extorquido de última hora. Mesmo assim, Melo Póvoas conseguiu o feito extraordinário de não ser odiado pelo povo nem ser mal visto

pelas Cortes de Lisboa, a que serviu como fiel agente, submisso e obediente.

É força concluir que Melo Póvoas fora prodigamente bafejado pela sorte, deixando o governo antes dos acontecimentos políticos que se seguiriam com o evoluer da campanha nacionalista e livrando-se de ser corrido da administração, como o seu sucessor. Tão feliz, que sua obra administrativa, bem analisada, foi julgada proveitosa.

A 31 de janeiro de 1822, término de seu mandato, procedeu-se à eleição da segunda Junta governativa, que recebeu a denominação de *Junta de governo temporária* e composta de cinco vogais.

Esta não teria a mesma sorte de sua antecessora.

A segunda Junta possuiria dois ferrenhos partidários das Cortes de Lisboa: José Antônio Ferreira Braklamy e Manuel Duarte Coelho, ambos portugueses, o primeiro seu presidente. Os demais vogais foram: José de Souza Melo, secretário, Nicolau Paes Sarmiento e Antônio de Holanda Cavalcante.

Na vigência desta Junta, ocorreriam — assinala-se — os episódios mais interessantes ligados à campanha nacionalista e à Guerra da Independência, nas Alagoas, embora em todo o decurso das Juntas governativas tivessem se verificado em maior ou menor escala.

Reporto-me, em primeiro lugar, à Aclamação do Príncipe D. Pedro de Alcântara nas Alagoas e o subsequente episódio de 28 de junho de 1822, passado na Vila do mesmo nome.

Ocupava, assim, a presidência da capitania o referido José Antônio Ferreira Braklamy, quando se verificara no Rio de Janeiro o oferecimento a D. Pedro do Título de Defensor e Protetor Perpétuo do Brasil, iniciativa da Maçonaria e que lhe fora entregue pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1822.

A notícia alvissareira chegara, dentro em pouco, ao conhecimento da Junta, porém esta, pelos seus dois vogais portugue-

ses, toma ostensivamente o partido das Cortes de Lisboa, cindindo-se.

O secretário José de Souza Melo, que não escondia suas preferências pela causa brasileira, passa a liderar a corrente nacionalista no seio do governo. Estabelece-se a discordância francamente. Faz-se notória. O povo fica a par de tudo, da atitude contrária dos dois dirigentes portugueses e da manifestação nacionalista dos demais vogais. Cresce a repulsa à atitude dos reinóis Braklamy e Duarte Coelho.

A vila das Alagoas assistirá, então, no dia 28 de junho de 1822, um episódio histórico que procurarei recompor com as próprias palavras dos seus protagonistas — a Aclamação de D. Pedro, na vila das Alagoas. Uma nova figura irrompe então, no cenário político alagoano na pessoa do jovem e destemido Tenente de Milícias Jerônimo Cavalcante de Albuquerque. De súbito, muda o rumo dos acontecimentos políticos na província, com o seu poder carismático, com sua decisão e seu devotamento à causa nacionalista.

Promove uma rebelião com o fim de expulsar da Junta os elementos europeus contrários à causa nacionalista. Com Antônio de Holanda Cavalcante, vogal, seu primo, levanta em armas 400 homens com elementos de São Miguel de Campos e Porto de Pedras, invadindo a velha capital e obrigando a convocação de uma Assembléia.

Jerônimo Cavalcante de Albuquerque era morador e abastado proprietário na vila de Maceió, tenente de milícias, vivendo a sua vida simples e folgada, mas tornou-se de momento num dos personagens mais importantes, mais discutidos e de maior evidência mesmo na luta nacionalista nas Alagoas.

Confabulou com os elementos remanescentes ligados ao movimento revolucionário de 1817 na capitania, inclusive com Vieira Dantas, pai do futuro Visconde de Sinimbu, e Manuel Mendes da Fonseca, ouviu pessoas influentes e simpatizantes do movimento nacionalista, no meio rural, especialmente em S. Miguel e no Porto de Pedras, jogou com seu próprio prestígio e de família, junto a proprietários rurais, senhores de engenho e cria-

dores, valeu-se de seu poder de persuasão no meio militar das vilas das Alagoas e de Maceió, fez por assim dizer toda a preparação militar e psicológica e a ligação da rebelião ou golpe que projetara e levava a efeito naquele dia histórico.

Apesar de suas referências ao episódio em apreço, os historiadores não deram à figura de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque a promoção devida e merecida ao seu feito.

Moreno Brandão chegou a escrever que Jerônimo Cavalcante de Albuquerque foi "um tipo ainda não devidamente estudado, e do qual persiste tênue memória em vagas referências das crônicas locais" (3). É uma verdade. Justamente é o que tento fazer neste momento e o que mais largamente fiz no meu livro, em preparo, "As Alagoas na Guerra da Independência", exaltando-lhe a figura de idealista e, ao mesmo tempo, de homem de ação, e colocando-o na verdadeira posição em que deve apresentar-se perante a história.

A participação de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque foi lamentavelmente confundida pelo ilustrado historiador alagoano Craveiro Costa com a de José de Souza Melo, que secretariava a Junta, quando escreveu: "Macomunado com seu colega Antônio de Holanda conspirou contra o próprio governo de que era membro, preparando um frizante de sentimento popular". Que tivesse conspirado, está certo; porém que a preparação do golpe fora dele, não. Mas, é o mesmo historiador quem, mais adiante, reconhece, com justiça, que Jerônimo Cavalcante de Albuquerque "encabeçara a sedição". (4)

Tão clara fora a ação do Tenente de Milícias, como cabeça da sedição — e nenhuma contraprova mais nítida de seu feito — que por ato do Príncipe Regente, baixado em Portaria de 27 de setembro de 1822, foi concedido a Jerônimo Cavalcante de Albuquerque a mercê do Hábito de Cavaleiro de Cristo. (5) E mais, era tal a confiança que nele depositavam, que em maio de 1823 o mesmo Tenente de Milícias passou, unido ao Comandante das Armas, a providenciar a segurança da vila das Alagoas, sede do governo.

O secretário José de Souza Melo, portador de melhor preparo intelectual, por força mesmo de sua profissão de advoga-

do, aparece no curso da história como o homem mais bem informado dos acontecimentos políticos locais ou como "pessoa que mais notícias tem de todos os movimentos internos da Província (6) ao ser indicado pela Junta para levar ao Príncipe Regente a notícia dos acontecimentos desenrolados no dia 28 de junho de 1822 e os tributos de amor e vassalagem que lhe devotava a mesma, além dos agradecimentos dela pela "Incomparável Resolução" de haver decidido ficar no Brasil. Não quero obscurecer o idealismo e ação patriótica dele na Junta, o que seria também uma injustiça histórica; nem a participação dele no movimento de 28 de junho de 1822. Aliás, este movimento seria obra de muitos. Mas, a ação excepcional de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, maior idealista, maior figura, urgia não permanecesse desfigurada nas páginas da história e que outro usufruisse das glórias de principal homem da sedição. A ação de Jerônimo não pode e não deve ser comparada à atitude, embora apreciável, do secretário da Junta.

Voltemos ao fato central. Naquele dia, realiza-se na Vila das Alagoas, uma Assembléia convocada pela Junta "por chamar a ordem a fermentação interna, difundida por movimentos políticos dignos de atenção superior, para cujo fim se nomeara no dia anterior uma comissão de seis membros (...) reza textualmente a "Ata de Aclamação do Príncipe Regente, em Alagoas". (7) Naquela Assembléia a que compareceram "o Senado da Câmara da dita capital, oficiais da guerra e milícia, e ordenança, povos de diversos pontos da Província, com o clero, nobreza e povo da vila sobredita", e a Junta incorporada, fatos de suma importância ocorreram.

A Assembléia fez, solenemente, a Aclamação do Príncipe Regente, saindo da nave da Matriz e dirigindo-se ao campo adjacente desta, onde se achava postado o Corpo da Tropa de Linha, e com "o povo na frente da mesma Assembléia", aclamou "ali com vivas gerais e demonstrações de alegria e união" o Senhor D. Pedro de Alcântara Defensor e Protetor do reino do Brasil.

No plenário, tomou a Assembléia a resolução drástica de demitir sumariamente "todos os empregados europeus, tanto ci-

vis como militares", excetuando o presidente Braklamy, o sargento-mor João Eduardo Pereira Colaço Amado, Comandante do Corpo da Tropa de Linha da capital, o sargento-mor Joaquim Pereira de Araújo, ajudante de ordens do mesmo governo, e o escrivão da Junta José Ângelo de Barros. O impacto fora tremendo. Sentira-o fundamente Braklamy, que se considerou logo demissionário, alegando "motivo de moléstia e a necessidade de regressar a Portugal", sendo-lhe deferida a pretensão. Entretanto, continuou na presidência da Junta, visto não se encontrar presente o presidente recém-eleito pela referida Assembléia Dr. Caetano Maria Lopes Gama. Há um adendo à Ata senão uma nova Ata, lavrada no mesmo dia, na qual se diz que em substituição ao presidente Braklamy e ao Tenente-Coronel Manuel Duarte Coelho, foram eleitos o referido Dr. Caetano Maria Lopes Gama e o "Ilustríssimo Tenente" Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, para presidente e vogal, respectivamente. Para Ajudante de ordens, em lugar de um demitido, foi escolhido o Coronel de Milícias José Afonso Monteiro.

A Assembléia, agitada, vibrante, manifestou-se violentamente decretando a demissão dos funcionários europeus e o seu repatriamento por conta dos cofres públicos, medida que veio agravar a situação do erário que já se tornara precário.

O Ato da Aclamação do Príncipe Regente, na capital da Província, cercou-se assim de peripécias as mais díspares, com o singular desfecho da exclusão do presidente da Junta e eleição de novos dirigentes e a expulsão dos funcionários europeus. É que "a paixão desvairava os mais ponderados e avessos à exaltação; não se admitia meio termo". (8) Ficou demonstrado, ao final, que o povo e a própria força organizada não estavam solidários com os membros do governo depostos e com as suas intenções em procurarem cumprir as instruções emanadas das Cortes de Lisboa, na sua tentativa recolonizadora. O golpe vibrado por Jerônimo Cavalcante de Albuquerque surtiu efeito.

Também as outras Vilas comemoraram e aclamaram o Príncipe Regente, cada qual o fazendo com as galas e pompas de que puderam revestir o ato. Nota-se que o elemento popular, apesar das manobras dos políticos o deixarem, às vezes, sem

firmeza, nunca esteve ausente nessas expansões de júbilo e civismo.

A 23 de julho de 1822, a Junta fazia expedir a todas as autoridades civise militares da província a seguinte ordem:

"Em conformidade das Atas que houveram lugar nesta capital no dia 28 de junho próximo passado, e que se tem publicado nesta vila, devem Vossas Senhorias dar por demitidos os Europeus que se acharem empregados em qualquer repartição dos seus Distritos, procurando as nomeações e eleições de outras pessoas que não estejam nas circunstâncias dos demitidos, para lhes substituirem, de que darão Vossas Senhorias parte. Deus guarde a Vossas Senhorias. Alagoas, 23 de julho de 1822. Nicolau Paes Sarmiento — Antônio de Holanda Cavalcante — Jerônimo Cavalcante de Albuquerque. — José de Souza Melo Secret. — Insignes Officiais da Câmara desta Vila das Alagoas". (8)

Esta ordem constituira a consumação oficial do expurgo reinol.

Todavia, a execução, à risca, do expurgo foi difícil e — por que não dizer? — penosa.

O Senado da Câmara da Vila de Maceió vira-se, por exemplo, em dificuldade para fazer cumprir a decisão da Assembléia de 28 de junho, tanto assim que, em ofício datado de 31 de julho daquele ano, fizera ver à Junta que cumprira as determinações dela contidas nos ofícios de 23 e 24 do mesmo mês e ano, "à exceção dos dois Europeus empregados, Ângelo Dias Gomes e Bento Rodrigues de Castro, um porque não vemos quem por ora o substitua a sua falta, outro pelas boas providências que sempre dá no seu emprego que a não ter zelo teria dado algum prejuízo a Nação". (9)

Casos semelhantes ocorreram noutras vilas.

Os acontecimentos de 28 de junho de 1822 foram comuni-

cados ao Príncipe Regente em ofício com data de 11 de julho, pela Junta, esclarecendo que se dera “no mesmo Ato a demissão dos Empregados Públicos Cíveis e Militares Europeus de reprehensível conduta, como tudo consta das Atas que por cópia vão remetidas às Secretarias de Estado dos Negócios do Reino, e da Guerra, para serem presentes a V. A. R. na certeza de que os referidos demitidos partam nesta mesma ocasião para Portugal transportados com todas as comodidades e possíveis socorros por conta do Estado”. O ofício em tela continha as assinaturas de José Antônio Ferreira Braklamy, P. — Jerônimo Cavalcante de Albuquerque — Nicolau Paes Sarmiento — Antônio de Holanda Cavalcante — José de Souza Melo. (10)

O emissário da Junta, José de Souza Melo levou ao Rio de Janeiro a missão de testemunhar ao Príncipe Regente, os protestos de fidelidade da Capitania das Alagoas. Os sentimentos apresentados estão contidos no discurso que o representante da Junta proferiu e se acha transcrito na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, primitivo nome do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (11) e no qual disse, de início, que ali se achava para “ratificar pública e solenemente perante V. A. R. e toda a Corte os protestos de homenagem, gratidão e obediência, que da parte da província das Alagoas tive a honra de apresentar a Vossa Alteza por meio de audiência particular, que se dignou prestar-me no dia 19 do corrente”.

Releva notar, a esta altura, que a atitude da celebrada Assembléia de 28 de junho, assumida ao crepitar das paixões e entusiasmos dos patriotas — e talvez mesmo no momento de exaltação em que se encontravam não lhes permitisse discernir o alcance histórico das determinações tomadas — revoltando-se em ato público contra as decisões das Cortes de Lisboa, expulsando os funcionários civis e militares e promovendo-lhes o regresso a Portugal, embora custeado pelos cofres do governo, hipotecando solidariedade irrestrita ao Príncipe Regente com os protestos de fidelidade e amor filial, elegendo uma Junta governativa composta exclusivamente de brasileiros, uma Junta Nacionalista, colocou a Província das Alagoas na privilegiada situação de primeira que assim se manifestou. Decisão — su-

blinhe-se — levada a efeito antes da proclamação da Independência, portanto quando ainda nos uniam à metrópole portuguesa os laços políticos e quando se sabe, também, outras províncias, mesmo proclamada a nossa autonomia política, teimaram em não reconhecer a autoridade do Príncipe Regente, mais grave ainda, não acatando ordens dele, em fase mais adiantada do processo político, já aclamado e coroado Imperador D. Pedro de Alcântara.

Fora o caso das províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina.

Enfileirou-se, pois, a província das Alagoas entre as que bem cedo confiaram nos destinos da nação brasileira e na sua auto-determinação antecipando-se nos atos hostis às Cortes de Lisboa.

II — As eleições dos deputados à Constituinte brasileira e a vitória da chapa governista alagoana toldaram o ambiente político local.

Foi nessa fase difícil e tormentosa da vida da Província, quando se procurava estruturar a economia interna e vencer as dificuldades de ordem financeira criadas pelo momento, que os políticos alagoanos se lembraram de terçar armas, em campos opostos, numa luta sem tréguas e desigual para a conquista do poder.

Craveira Costa, que andou criticando os fatos políticos daquela época, comentou que “a dissensão política interna, solapando a província na sua vida administrativa e impedindo seu aparelhamento econômico, por um conjunto de medidas governamentais em que se empenhassem todos os homens de boa vontade, dividiu os espíritos”. (12)

Para a Constituinte brasileira foram eleitos representantes da província das Alagoas Caetano Maria Lopes Gama, José de Souza Melo, Inácio Aciole de Vasconcelos, padre José Antônio de Caldas e dr. Miguel Joaquim de Cerqueira. Apenas o último não tomou parte na Assembléia. A representação alagoana de-

sempenhou papel de relevo, salientada a sua atuação pelos historiadores, no seio da Constituinte.

O Colégio Eleitoral de Porto Calvo, que compreendia a vila do mesmo nome, a de Porto de Pedras, as povoações de Camaragibe e S. Bento, representou a D. Pedro contra a lisura do pleito. A representação baseiara-se em fraudes que teriam ocorrido e responsabilizara por elas os vogais da Junta de governo Antônio de Holanda Cavalcante e José de Souza Melo, este como vimos, eleito deputado.

Alegava o citado Colégio Eleitoral que em face do que se verificara, saíram prejudicados, nos seus direitos eleitorais, os candidatos Floriano Vieira Delgado Perdigão e o padre Francisco José Correia Franco.

Redigida em termos agressivos e até virulentos, a representação não colimou os seus fins; a Constituinte julgou improcedente as alegações nela contidas, reconhecendo a legitimidade dos mandatos dos proclamados eleitos.

Mas, ficou o ódio, ficou o desejo do revide, em vez da compreensão da derrota. Os políticos derrotados buscaram outros caminhos que não os da comunhão e fraternidade. A Província das Alagoas seria, daí por diante, palco de lutas intestinas que tumultuaram a sua vida administrativa e econômica, desassossegaram as populações e separaram os homens.

Refiro-me o movimento político-militar conhecido na história como a Sedição de Porto Calvo.

Tivesse ou não raízes mais remotas, o que é fato é que está intimamente ligado às eleições realizadas para a Constituinte Brasileira.

Iniciou-se o movimento sedicioso a 28/29 de outubro de 1823, na vila das Alagoas, quando se verificou a prisão de dois vogais da Junta de governo das Alagoas — Nicolau Paes Sarmento e Antônio de Holanda Cavalcante, pela Tropa de Linha, sublevada, tendo à frente seus oficiais e o próprio comandante. Eram duas personalidades de importância social, política e eco-

nômica, daí o efeito causado pelas suas prisões. Estas teriam, além do aspecto moral, o efeito de um golpe político que procurava considerar extinta a Junta, incapacitada de governar com dois elementos apenas e, assim, forçar a eleição de outra.

A tropa marchou, em seguida, para Porto Calvo, onde a 12 de novembro seguinte, foi nomeada e aclamada, revolucionariamente, uma nova Junta governativa — *Junta de governo temporária*, como ficou chamada, com a seguinte constituição: Pe. Lourenço Wanderley Canavarro, presidente; Antônio Maurício do Amaral Lacerda, secretário; Bento Francisco Alves; Luiz José de Almeida Lins e Joaquim Maurício Wanderley, vogais.

A Província passou a contar com dois governos, um instalado na vila das Alagoas, a capital, que se recompusera após o episódio de 28 de outubro com dois nomes novos; o segundo em Porto Calvo.

Divididos os grupos políticos, não houve mais contê-los.

A Junta provisória de governo, mesmo diante do impacto recebido, do golpe *manu militari*, não se considerou extinta e procurou recompor-se. No dia 10 de novembro, a Junta promoveu a reintegração dos dois referidos vogais que haviam sido presos, buscando ou invogando o poder dos “povos das vilas de Maceió, Anadia, Poxim, Povoação de S. Miguel, Norte e Palmeira, que tinham concorrido para a demissão dos ditos Membros”. (13) Entretanto, tão logo foram reintegres, Nicolau Paes Sarmento pediu demissão do cargo e Antônio de Holanda Cavalcante requereu licença para tratamento de saúde, recolhendo-se ao seu engenho “Lama”, como “protestara que jamais se reuniria para as funções públicas”.

Mesmo sem estes dois elementos, e mais de um terceiro, Laurentino Antônio Pereira de Carvalho, também demitido e ausente, a Junta combativamente ainda tentou recompor-se, num extremo esforço, convocando ao capitão Francisco de Cerqueira Silva Júnior que passaria a ocupar as funções de secretário, “com a qual ficou pleno o Governo desta Província, que é o legítimo” (14) diz um ofício do presidente remanescente.

Achava-se na ocasião, na presidência da Junta o advogado José Fernandes Bulhões, que sucedera ao dr. José Maria Lopes Gama, eleito deputado à Constituinte.

O presidente da Junta governativa das Alagoas desenvolveu esforços inauditos para restaurar e manter a autoridade e as prerrogativas governamentais. Na difícil conjuntura em que se encontrava, a Junta não dispunha mais de força militar organizada ou seja tropa de Linha, tropa regular, em número suficiente para enfrentar os acontecimentos, presente e futuro, que se entreviam cada vez mais graves, pois a Junta de governo temporária de Porto Calvo ameaçava marchar sobre a capital e apoderar-se do governo à força. Chegou a fazer essa ameaça por escrito.

Quase em desespero de causa, resolveu o presidente José Fernandes Bulhões expor ao seu colega da Junta governativa de Pernambuco, presidente Paes Barreto, a crítica situação com que se defrontava e pedir o auxílio do governo pernambucano — “desde já rogamos a V. Excias, debaixo do Nome do M.^{mo} Imperial Senhor todo o auxílio para dissolução daquele intruso governo quando o pedirmos a V. Excias. a fim de fazermos restabelecer a paz entre o povo, apesar do encarado partido de detratores, que só lisonjeiam o modo de pensar de sua respectiva facção”.

Prossegue no relato dos fatos, angustiado e apreensivo, acrescentando:

...“Temos notícia haver a oficialidade militar e de ordenanças de Porto Calvo erigido ali um intruso governo juntamente de mãos dadas com a Câmara respectiva, pretextando havê-los a isso obrigado o achar-se esta mesma capital da Província sem governo para dar as providências e que estava a seu alcance, e que igualmente era o motivo a disposição do Tenente-Coronel de Milícias Cristóvão de Holanda, da Vila de Porto Calvo, ser o que quisesse ali erigir um governo, pedindo para isso auxílio a esta capital, e ao de-

pois marchar contra esta, como nos fez representar por ofício cuja cópia inclusa remetemos a V. Excias. um do número daqueles sediciosos Jacinto Paes de Mendonça, de cujo ofício verão V. Excias. que ele e seu mano Tenente-Coronel Bernardo Antônio de Mendonça dirigiram ordens em nome do governo, que as não deu, para fazerem ajuntar Povos, como se vê das cópias juntas, que dirigia a este Governo dito Cristóvão de Holanda Cavalcante, sendo aqueles, e os demais, os verdadeiros sediciosos”. (15)

Ficara, assim, o governo pernambucano inteirado da situação da vizinha província com um governo dual, e ciente do pedido de auxílio para, em caso de emergência, manter a legalidade.

Mantiveram os dois governos — das Alagoas e Porto Calvo — uma azeda troca de ofícios, cada qual pugnando pela sua legitimidade.

Apesar de todos os auxílios solicitados às Câmaras municipais alagoanas e ao governo de Pernambuco, a Junta das Alagoas viu-se desamparada na hora precisa.

Falhou o seu esquema de defesa.

Os sediciosos de Porto Calvo cumpriram fielmente as suas ameaças escritas e a 1.^o de dezembro de 1823 dirigiram-se, finalmente, à capital, depois de uma permanente guerra de nervos, e apeiaram do poder a Junta governativa, não havendo resistência armada, na capital, e apenas pequenas escaramuças na vila de Maceió.

Diante da coação sofrida e da melindrosa situação reinante, a Junta desapoitada pelas Vilas, sem auxílio do governo pernambucano, que era sua grande e derradeira esperança, resolveu à frente seu presidente o advogado José Fernandes Bulhões depositar o governo nas mãos da Câmara municipal das Alagoas, tendo sido para isto lavrado um Termo, que foi assinado pelo presidente José Fernandes Bulhões e os demais Membros da Junta resignatória ou deposta.

De posse do governo, a Câmara municipal não titubeou em convocar os eleitores para a eleição de uma nova Junta que passaria a governar a Província, legalizando a situação, e marcando a data de 7 de dezembro de 1823 para a realização do pleito.

Dispostos a tomar conta do governo, insatisfeitos com a situação que se criara, os sediciosos continuaram a assoalhar que estaria por horas a governança municipal. A Câmara municipal, por sua vez, sem força moral bastante, não controlava mais a situação que se tornara não só na capital como nas vilas adjacentes, verdadeiramente caótica. E não estiveram mais por alto os citados sediciosos, que já contavam na capital com o Batalhão de Caçadores, que chegara reorganizado de Porto Calvo, assumindo o governo no dia 14 de dezembro e instalando a mesma Junta de governo temporária que haviam formado em Porto Calvo, presidida pelo Pe. Lourenço Wanderley Canavarro. Todos os seus membros foram empossados nesta conjuntura. Sem ter quem a incomodasse, a Junta governou livremente até 31 de dezembro de 1823, quando ocorreu nova eleição por ela mesmo marcada para a escolha de outra Junta, definitiva.

Surgiu, então, uma novíssima Junta, presidida pelo Pe. Francisco de Assis Barbosa, que teve como companheiros o Pe. José Vicente de Macedo, secretário, capitão-mor Manoel Joaquim Pereira da Rosa, e capitão de Milícias Tertuliano de Almeida Lins. Prestaram eles a promessa legal e assumiram o governo no dia 1.º de janeiro de 1824, mantendo-se nele até 30 junho do mesmo ano, quando cessaram as suas atribuições com a nova forma de governo adotada segundo o preceito constitucional, que estabelecera a praxe de nomeação dos presidentes provinciais pelo Poder Central.

Findava o período das Juntas governativas. Tremenda experiência que a Nação experimentou naqueles dias atribulados e intensamente vividos que precederam à Independência do Brasil e se seguiram a sua consolidação.

A propósito da Sedição de Porto Calvo, rapidamente historiada há pouco, cabe aqui, de passagem, um também breve

comentário, ligado ao pedido de auxílio que a Junta provisória de governo das Alagoas dirigira à de Pernambuco naquela crítica situação ou emergência em que se encontrara envolvida. Contava, na certa, a Junta com o socorro no instante aprazado, mas circunstâncias supervenientes impediram a remessa do auxílio pleiteado, em que se esgotara a dialética do preidente alagoano. É que “elementos políticos oligárquicos” de Porto Calvo fizeram com que o Morgado do Cabo sustasse a remessa de tropas, deixando em desamparo de causa a Junta de governo provisória e servindo, desse modo, aos interesses do grupo político portocalvense e, *ipso facto*, à causa da Junta de governo temporária de Porto Calvo.

Porém, mais adiante, Paes Barreto cobraria caro, muito caro mesmo, aos políticos de Porto Calvo haver anuído ao seu pedido de não enviar forças em socorro da Junta de governo provisória.

Reporto-me ao episódio alagoano da Confederação do Equador; episódio que o historiador Craveiro Costa, que o estudou e o descreveu, pormenorizadamente, — o que aqui o momento não comporta fazer — fixou bem nas palavras que se seguem e que me permito repetir, a atitude do presidente Paes Barreto homisiando-se em Barra Grande, na província das Alagoas, sob a acolhida do clã dos Mendonças:

“Ora, a Junta de Alagoas era reconhecida ao morgado do Cabo, pois segundo o depoimento do próprio Frei Caneca, ele sustara a marcha da tropa para a província vizinha, quando do Governo Temporário de Porto Calvo, a que não fora estranha a família Mendonça, e era ainda o mesmo que estava no poder (refere-se ao governo de Francisco de Assis Barbosa). Acolhido Paes Barreto pelos Mendonças, escorraçá-lo, tangê-lo do território, entregá-lo às forças que o perseguiam, seriam atos contrários ao reconhecimento que os elementos alagoanos no poder deviam ao morgado” (16)

Não me move aqui o desejo de analisar essa acolhida sob outros ângulos, porém apenas ressaltar que o grupo político de Porto Calvo, diante do pedido de asilo feito por Paes Barreto, estava na obrigação moral de o atender, em vista da ajuda que lhe dera o morgado do Cabo, omitindo-se ao apelo do presidente José Fernandes de Bulhões, e praticamente dando ganho de causa à Junta de governo Temporária de Porto Calvo.

Talvez, o grupo político daquela Vila não esperasse que Paes Barreto viesse, tão cedo assim, a cobrar-lhe o favor prestado. E de simples asilo político, o gesto acolhedor transformou-se numa verdadeira aliança militar.

Ao deflagrar-se o belo e malogrado movimento de Paes de Andrade no Recife, a Junta Provisória de Alagoas já não se achava à frente da coisa pública. Na data de 1.º de julho de 1824, passara a exercer o governo provincial D. Nuno Eugênio de Lócio e Seiblit, nomeado presidente constitucional em substituição a Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira que em face de seu estado de saúde não assumira o cargo, para o qual fora indicado na data de 25 de novembro de 1823.

D. Nuno Eugênio de Lócio e Seiblit passara, destarte, a figurar como o primeiro na longa lista de presidentes e vice-presidentes no exercício da presidência que suplantou a das demais províncias.

O historiador Jaime de Altavila teve a pachorra de contá-los: 139 administradores, sendo 61 presidentes e 78 vice-presidentes no exercício da presidência, em 71 anos, de 1819 a 1889. Dos presidentes, dois apenas eram alagoanos.

III — Passo a evocar, agora, ligeiramente, outro episódio da campanha nacionalista nas Alagoas — a chegada do General Pedro Labatut e suas tropas.

Se se tratasse de um simples desembarque de forças em operações de guerra e em trânsito para a Bahia, onde não fora possível a aproximação, não haveria interesse, obviamente, em abordar o assunto, neste momento. As implicações da estada do

General Labatut é que se tornaram interessantes. E também o esforço de guerra e a participação dos alagoanos na Guerra da Independência.

“Mandado por S. M. I. para lançar fora da Bahia o General Madeira com as Tropas Portuguesas do seu Comando”, segundo mesmo escrevera, (14), o General Labatut partiu com carta branca. — “Faça o que entender!” dissera-lhe o Príncipe D. Pedro de Alcântara, incisivo, numa daquelas suas tiradas ou rompantes históricos. E com tanta força moral, e investido de tão amplos poderes, o General Pedro Labatut velejou na Esquadilha comandada pelo Almirante Rodrigo Antônio de Lamare.

Com ele, vieram 200 milicianos e 34 oficiais, que obedeciam à chefia geral do General Pedro Labatut.

A Divisão Naval compunha-se da Fragata *União*, capitânea, que comandava o Chefe da Divisão Rodrigo Antônio de Lamare; Corveta *Maria da Glória*, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira; Corveta *Liberal* comandada pelo Capitão-Tenente Antônio José de Carvalho; Bergantim, *Reino Unido*, comandado pelo Capitão-Tenente D. Francisco de Souza Coutinho.

Temerosa da chegada das forças inimigas e jamais pensando em forças nacionais, surpreendera-se toda a população quando se anunciara a entrada no porto de Jaraguá da Esquadilha. Fundeara esta, precisamente, ao meio dia de 18 de agosto de 1822, salvando logo com vinte e um tiros, os quais foram respondidos, de terra, na forma de estilo.

De bordo da Fragata *União*, o Comandante Rodrigo Antônio de Lamare enviou, no mesmo dia, à Junta Provisória o ofício do teor seguinte:

“Ilms. E Exmos. Senhores Presidente e mais Deputados da Junta Provisória da Província das Alagoas. —

Participo a VV. Exas. que S.A.R. o Príncipe Regente e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil, me ordenou que fosse demandar a Itapoã, ou a Torre ao Norte da Bahia de S. Salvador, e depois de ter obtido correspondência com o governo, ou com as autoridades de terra, estando estas em boa inteligência, e aderentes à causa do Brasil, fizesse desembarcar o armamento, e mais petrechos de guerra que esta minha Divisão conduz, bem como ao Brigadeiro Labatut e mais oficiais, e duas companhias que vem de transporte, e como durante oito dias que me conservei naquela paragem, não pude obter correspondência de terra, e soubemos que esta Província se acha coligada, e fazendo causa comum com o Brasil, por isso me resolvi a vir demandar este porto.

Rogo a VV. Exas. se sirvam de me instruir se o armamento e petrechos de guerra, e juntamente a tropa, e mais oficiais que vêm de transporte, podem desembarcar para seguirem a sua marcha para a Bahia. Juntamente suplico a VV. Excias. que me queiram habilitar com aguada, e mantimentos para dois meses, a fim de prosseguir com a comissão que S.A.R. o Príncipe Regente e Perpétuo Defensor do Brasil me ordenou. O Brigadeiro Pedro Labatut vai pessoalmente, com melhor providenciar com VV. Excias. para o bom êxito desta importante comissão.

Deus guarde a VV. Excias.

Bordo da Fragata *União* surta no Jaraguá, 18 de agosto de 1822.

Rodrigo Antônio de Lamare Chefe da Divisão Coman.te da Esquadra”.

A partir daí, um novo capítulo abria-se na história alagoana com a descida à terra do General Labatut. O bravo e impetuoso cabo de guerra saltara com a firme disposição de exigir o máximo de colaboração do governo local e não receber ne-

nhuma negativa. À frente de forças militares, em operação de guerra, não compreendia que as suas “ordens verdadeiramente militares” não fossem fielmente cumpridas, isto é, “sem réplica nem condescendência”, como disse na sua “Declaração franca”. (18)

A Junta aquiescera, como não podia deixar de ser, à solicitação do Comandante Rodrigo Antônio de Lamare, em ofício dirigido a este e datado de 20 de agosto de 1822 e de que foi portador o próprio Imediato da “*União*”, Capitão de Mar e Guerra Paulo Freire de Andrade.

No dia 21 de agosto, o chefe da Divisão Naval comunicava à Junta que “já hoje desembarcarão os oficiais e tropa de transporte, e amanhã darei princípio o desembarcar o armamento (...).

Não foram de pequena monta as dificuldades com que se deparou a Junta para atender a todo aquele imprevisto.

A oficialidade a Junta reservou o prédio da Casa da Câmara da Vila de Maceió para a hospedagem, o que quer dizer alojou-a num que se arrolava entre os melhores da época. Era o sobrado de José Elias Pereira, um dos primeiros juizes ordinários de Maceió, e que entusiasmado pela instalação da vila, em 1819, o colocara à disposição do governo para nele funcionar o Senado da Câmara.

A tropa ficou espalhada em prédios públicos, trapiches, e galpões em Maceió e uma outra parte no Convento de S. Francisco, na vila das Alagoas.

É conveniente dizer, a esta altura, que a Junta não olhara com bons olhos a chefia de Labatut; era extremamente nacionalista e isto certamente concorreu, ao lado de outros fatores, para os desentendimentos havidos entre ambos, o General Labatut extremado nas suas requisições e na sua arrogância; e a Junta desconfiada da demora do General em prosseguir a viagem, rumo da Bahia.

Labatut permaneceu 12 dias na província. Desnecessária achou a Junta essa demora e classificou-a ou interpretou-a, levemente, como indício de covardia ou “frouxidão”.

Aos brios de um militar não podia haver maior afronta; e o General Labatut, já por si impetuoso, brioso e prepotente, exasperou-se.

Sua estada na Província das Alagoas marcava-se de episódios vários, escrevi alhures, sumamente desagradáveis, tanto para o governo como para o valente cabo de guerra, visado pela política astuciosa dos áulicos do Príncipe, na Corte, e por seus prepostos nas Províncias. Ou por novos inimigos. Ou por patriotas e nacionalistas com uma falsa concepção das coisas.

Num tópico *A “febre” nacionalista* de um estudo meu intitulado *Labatut nas Alagoas*, comentei o assunto deste modo: “Tudo parecia indicar que, pisando no território das Alagoas, na espinhosa missão de que fora investido por D. Pedro, o General Pedro Labatut não poderia escapar à “febre nacionalista”, de que nos fala Afonso Ruy (19) e que na Capitania das Alagoas já havia eclodido em manifestações de uma amarga intransigência, senão de verdadeira lusofobia. Mas, não sendo embora de naturalidade portuguesa, era contudo um “estrangeiro” e essa qualidade bastava para marcar o cidadão. Nosso nacionalismo exaltado explorara largamente o fato de haver sido preterido pelo Príncipe D. Pedro um soldado brasileiro (no caso, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a princípio, e depois Joaquim Xavier Curado), por um soldado francês, embora este — o General Pedro Labatut — houvesse pertencido ao exército de Napoleão Bonaparte e fosse, assim, basicamente experimentado em campanhas de larga envergadura e aquele último, pela idade (75 anos), não estivesse naturalmente indicado para assumir, a essa altura da vida, o comando geral das tropas brasileiras contra a posta preterição no comando das tropas fora com habilidade especulada pelos militares da comitiva do General Pedro Labatut, com ele desavindos, sobretudo pelos dois oficiais cujos nomes o General Labatut declinou, na urdidura política que manteve-

ram com os dirigentes da Junta de Governo da Capitania das Alagoas.

Que essa Junta de Governo ouvira com atenção e interesse os oficiais aprisionados pelo General Pedro Labatut, não há dúvida; ouvira-os e por eles viria a interessar-se vivamente, promovendo-lhes a soltura. Quanto ao que lhe disseram eles, vale reproduzir esta confissão: — “O General Labatut tendo-se intrigado com m.^{tos} Officiais da Expedição, como nos consta por declarações de alguns, fez prender a bordo cinco ou seis, entre os quais foi o Major Tonais; este sendo solto (como todos os outros) por pedido nosso, quis evadir-se aos rigores do dito General, intentando transportar-se a Pernambuco (segundo disseram); mas foi imediatam.^e outra vez preso”. (20)

Entre alguns contratemplos que marcaram a permanência do General Labatut nas Alagoas, o incidente com o cônsul inglês Baldwin Sealy foi dos mais desagradáveis e de maior repercussão.

Da Ata lavrada pelos sediciosos, na noite de 20 de maio de 1823, na Bahia, como resultado da sedição militar que depôs o General Labatut do Comando Geral e o prendeu, consta do item 1.^o a acusação de violências que teriam sido praticadas, a seu mando, na sua estada na província das Alagoas.

“1.^o — Que, sem falar nos atos despóticos que cometeu a bordo da embarcação com alguns oficiais beneméritos, o que bem deixa entrever o seu futuro porte nesta Província, aconteceu que logo que desembarcou, foi praticando atos criminosos e de suma arbitrariedade, fazendo cercar de tropa a casa de um cônsul inglês, em Maceió, ordenando que se lhe arrombasse as portas a machado, atacando assim o asilo sagrado do representante de uma nação amiga”.

O caso em tela narrou-o o vice cônsul inglês, como lhe aprouve, e consta da documentação existente no Arquivo Público de Alagoas.

Na sua célebre “Declaração franca”, o General Labatut escreveu, a respeito deste incidente, o seguinte:

“Entretanto, em Maceió, é preso um desertor da Expedição; Que desgraça! Oficial superior: é este mesmo, Brasileiro, que aproveitando-se da parcial Imprensa de Cachoeira, franca aos meus caluniadores e vedada à minha defesa, comprou a soltura e impunidade de seus crimes, cuspidando contra mim as mais atrozes injúrias sem respeito à verdade e à honra, e nem aos homens que em tempo competente viriam por sua própria letra e assinatura a confissão de seus nefandos crimes; é o mesmo sim que originou os meus desgostos com o Cônsul de S. M. Britânica, por quem eu quis ver respeitada a Nossa Nação, que principiava a aparecer no Mundo Político”.

Tal fora o incidente.

Sob a moldura do nacionalismo levado ao extremo da exaltação e da perseguição ao reinol, da caça ao “maroto”, depreciativo em voga na época aplicado ao português, a segunda Junta governativa, após a queda de Braklamy e Manuel Duarte Coelho, com o episódio de 28 de junho de 1822, mostrou-se no cenário político, com repercussão fora da província, um governo forte e vigilante, dominando o ambiente político local, orientado pelos seus líderes Jerônimo Cavalcante de Albuquerque e Caetano Maria Lopes Gama, este futuro Visconde de Maranguapé e Senador do Império e homem de grande ilustração, e que ao ser eleito para a presidência da Junta ocupava as funções de Juiz de fora, no Penedo.

Uma análise, mesmo perfunctória, da situação, mostra que o desfecho das eleições para deputado à Constituinte Brasileira, com a vitória dos elementos ditos governistas, que a própria Constituinte confirmara, vitória dupla, modificara e abalara o quadro político, acabando com a unidade de vistas, e gerando transformações profundas nele.

Desgostosos os políticos do Norte da província com a derrota sofrida, entraram a confabular. Havia nessa última facção homens de maior experiência política, inegavelmente, como os da família Mendonça, Vieira Perdigão e outros próceres. Era um grupo aguerrido e economicamente forte, reunindo ricos senhores de engenho e proprietários rurais.

E, apesar de toda a sagacidade e destemor de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, de seu espírito de liderança, aproveitaram aqueles políticos portocalvenses a saída do governo de Caetano Lopes Gama, que seguira para o Rio de Janeiro a tomar parte na Constituinte, e igualmente de José de Souza Melo, outro deputado eleito, e a assunção do novo presidente José Fernandes Bulhões, conciliaram-se e levaram a efeito a Sedição.

Os vogais Nicolau Paes Sarmiento e Antônio de Holanda Cavalcante, presos ao ser deflagrada a Sedição, posteriormente reintegrados nos seus cargos, na recomposição da Junta, não demonstraram a mesma fibra dos demais companheiros. Estranha, em especial, a atitude de Antônio de Holanda Cavalcante, o mais intransigente lusófono da Junta Nacionalista, que se afastou, declarando que “jamais se reuniria para as funções de governo”. Não parecia da velha estirpe dos senhores de engenho do Nordeste o senhor do Engenho *Lama*, homens que dotados de tempera rija não cediam facilmente às pressões políticas e suportavam as piores situações com indômita coragem e firmeza. Estranha, sobretudo, a de Nicolau Paes Sarmiento, revolucionário de 1817. Quando surgiu o movimento pernambucano nas Alagoas e foi procurado na vila de Porto de Pedras, Nicolau Paes Sarmiento aderiu à causa e malograda aquela, “preferiu ser preso pelos realistas a atraioar o seu primeiro juramento de lealdade à sua pátria. Foi entregue à vanguarda do Marechal Melo e por ele remetido aos cárceres da Bahia, onde em rigorosa penitência esperou a redenção geral das Cortes de Lisboa, em 1821”, segundo o Pe. Joaquim Dias Martins no seu livro *Os mártires pernambucanos*. (21)

Só uma grande desilusão pelas coisas e pelos homens o faria tomar a decisão de renunciar.

Estas duas deserções enfraqueceram, consideravelmente, a corrente que obedecia ao comando de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque e exerceram, de certo modo, efeito negativo sobre o grupo político a que eles pertenciam e, por extensão, sobre o meio.

A Junta de governo provisória seguiu uma linha fundamental, desde que se nacionalizara: tomar o mesmo rumo político, a que a Nação se lançara em prol da autonomia, insurgindo-se contra a tentativa recolonizadora das Cortes de Lisboa.

Desempenhara a citada Junta papel saliente na luta nacionalista, de tal modo que a atitude dela, franca e claramente hostil às citadas Cortes, chegara ao conhecimento do Congresso lusitano e provocara imediata reação no seio de seus pares.

Situemos os fatos: A Aclamação do Príncipe Regente como Defensor e Protetor Constitucional do Brasil, na Capital e nas principais Vilas de Alagoas, A expulsão dos funcionários públicos, civis e militares — o chamado expurgo reinol — europeus e seu recambiamento a Portugal. Os protestos oficiais, incisivos, constantes, contra os atos de restrição à soberania do Brasil, promovidos pelas Cortes de Lisboa. Tudo isto, sopesado, analisado, explorado, levou o Parlamento português a uma onda de protestos. As Cortes de Lisboa não ficaram por menos; não toleraram a audácia da jovem capitania das Alagoas. E declararam não só ela, que se adiantara tanto nas expansões nacionalistas, nas manifestações hostis a Portugal, nos “mata-marinheiros”, porém igualmente as do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e S. Paulo, sem direito à Representação.

Os representantes das Alagoas e das referidas outras capitâneas foram sumariamente aliçados. Despachados. E tão exaltados estavam os ânimos do governo e patriotas alagoanos, que se deixaram levar pelos boatos de que dois dos três deputados alagoanos ao Congresso português, Manuel Marque Grangeiro, advogado em Maceió, e Francisco Manuel Martins Ramos de formação militar, se haviam cumpliciado com a bancada portuguesa, no tocante às disposições legislativas de fundo recolo-

nizador — o que não passou de mera e miserável intriga política — proibindo-os de regressarem às Alagoas.

Os dois deputados acusados de traidores à causa nacional apresentaram ampla defesa escrita, que posteriormente foi apreciada na Constituinte Brasileira, que os julgou inocentes e vítimas de urdiduras políticas ou da politicalha reinante na província.

A Junta em apreço teria seu ponto alto, na campanha nacionalista e na própria Guerra da Independência, no período circunscrito à estada do General Labatut nas Alagoas. Embora em desarmonia com o General francês, a Junta prestara à Expedição Militar por ele comandada, valiosa ajuda, tendo-se em vista que não eram boas as finanças da Província.

Labatut mantivera por doze dias consecutivos o seu Q.G., em Maceió, às expensas exclusivas dos cofres provinciais. Isto seria o menos. Quando se deslocava ao Interior da Província (Labatut não confiava cegamente nas respostas e queria observar tudo *de visu*); ou quando se dirigira a Pernambuco em busca também de auxílios; ou quando partira de vez, com todo o seu trem de guerra, as despesas respectivas corriam inteiramente por conta do governo provincial.

Para exemplificar, passo a ler este ofício que em 23 de agosto de 1822, do seu Q.G. em Maceió, o General Labatut dirigiu à Junta, antes de sua partida para Pernambuco:

“A necessidade de fazer cessar o mais breve possível os males que desolam a Província da Bahia e que ameaçam igualmente todas as outras do Brasil, me obrigam a requerer a V. Excias. hajam de prestar-me sem detrimento da Província todos os socorros ao alcance de V. Excias. tanto em homens como munições de boca, e guerra, fornecendo-me os víveres necessários; obuzes e peças de campanha que puderem dispensar. O zelo com que VV. Excias. se têm prestado a quanto tenho exigido me dá lugar de esperar que tudo estará pronto à minha volta de Per-

nambuco a fim de poder marchar imediatamente em auxílio daquela infeliz Província.

Deus guarde a VV. Excias.

Quartel General em Maceió, 23 de agosto de 1822.

Labatut, General". (22)

Coube à Junta de governo temporária arcar com os ônus da permanência da Expedição Militar chefiada pelo General Pedro Labatut e providenciar a organização e remessa do contingente alagoano, na Guerra da Independência, para a Bahia. Igualmente enfrentou a Junta — acrescente-se — a arrogância do General Pedro Labatut, com quem entrou em choque. Achara a Junta que tudo que dissesse respeito à ação do governo seria da competência normativa propriamente dita deste; a Junta era senhora da administração; a Junta era soberana neste ponto. Não compreendia assim o General Pedro Labatut; e invocava o seu credenciamento pelo Príncipe Regente; e queria que as suas "ordens militares" fossem cumpridas sem objeções. Acontecia, porém, que as ordens por ele determinadas interferiam, por vezes, na jurisdição da Junta, não eram "ordens estritamente militares", como ele assegurava.

A Junta prestou auxílio à Expedição e deu conta desse auxílio ao Príncipe Regente. O que lhe custou, todavia, seguir a política de união com o Rio de Janeiro, só ela o sabia, nas aperturas e vicissitudes de que se viu cercada, numa face difícil e tormentosa de sua vida.

IV — A Província das Alagoas erigira-se num como trampolim para as tropas que se dirigiam a Bahia e buscavam atingi-la pelo Interior, descendo em Maceió, seguindo para o Penedo e dali para Sergipe até alcançar o solo baiano.

Assim sendo, a Província voltara a colher tropas em trânsito com aquele rumo e que se destinavam ao combate às forças reacionárias do General Madeira de Melo. Desta vez aportou em Jaraguá, vindo do Rio de Janeiro, o famoso Batalhão de

Caçadores do Imperador, com um efetivo de 800 praças, sob o comando do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, futuro Visconde de Magé. Era uma tropa de elite, escolhida pelo próprio D. Pedro.

Viajando na Esquadra comandada pelo Capitão de Mar e Guerra David Jawett, o referido Batalhão desembarcou em Maceió, no dia 22 de fevereiro de 1823, com o seu efetivo completo e todo o seu trem de guerra, alojando-se nos quartéis, galpões, trapiches e mais locais da Vila, disponíveis e improvisados, onde permaneceu aguardando ordens para prosseguir a viagem.

De bordo da Fragata *União*, capitânea da Esquadra, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva dirigira aos Alagoanos, no dia 20 de fevereiro daquele ano, uma vibrante Proclamação, concitando-os ao esforço de guerra e exaltando-lhes os sentimentos patrióticos, "já mui conhecidos". Estava vasada nestes termos a

Proclamação

"José Joaquim de Lima e Silva, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, e Coronel do Batalhão do Imperador.

Habitantes da Província das Alagoas:

Sua Magestade o Imperador Constitucional do Brasil, magoado pela série de males que os pacíficos povos da Bahia têm sofrido das tropas européias que os querem escravizar, tem determinado as mais enérgicas providências a fim de que ditas tropas sejam imediatamente expulsas daquela Província, para que venha a gozar da prosperidade em que se acham todas as outras que estão ligadas ao Grande Império.

Portanto, tendo de desembarcar nas vossas praias, e de transitar pelo centro da vossa Província até a Bahia, um corpo forte de caçadores, o Batalhão do Imperador, levando consigo artilharia, armamentos,

munições, petrechos de guerra, e caixa militar, depende vós, oh! habitantes das Alagoas, o bom resultado desta expedição.

Nós precisamos de mantimento e socorros para o transporte de trem e bagagem.

A causa é do Brasil, é nossa; cada um deve concorrer para o bem dela, conforme as suas forças; nós concorreremos com as nossas vidas, pois temos jurado — *vencer ou morrer* — vós deveis concorrer com os mantimentos e transportes que precisamos, para podermos realizar os nossos votos.

O Imperador e a Nação confiam em vós, e devem esperar do vosso zelo e vosso patriotismo já muito conhecidos, todos os sacrifícios pelo bem da grande causa. — Bordo da Fragata *União*, 20 de fevereiro de 1823. — *José Joaquim de Lima e Silva*". (23)

Na mesma data, o Comandante Lima e Silva oficiou novamente à Junta, ainda de bordo, solicitando auxílio.

Juntamente com o capelão do Batalhão de Caçadores do Imperador, padre Bento Januário de Lima Camará, foi o portador do ofício o Ajudante do Batalhão Luiz Alves de Lima e Silva.

A história alagoana silenciara, naturalmente por desconhecê-la, a passagem pela Província daquele soldado que no futuro seria distinguido com o Título de Duque de Caxias e a posteridade elevaria a Patrono do Exército Brasileiro.

Contava, então, vinte anos incompletos de idade, pois nasceu a 25 de agosto de 1803, na Vila de Porto da Estrela, no atual Estado do Rio de Janeiro.

Ninguém podia prever que na figura daquele jovem brasileiro — predestinado às grandes vitórias públicas na carreira que abraçara — estava o ínclito Soldado que desempenharia, no curso dos tempos, ou como dizem os ingleses, *after of time*, passado o tempo, tantas e tamanhas missões relevantes.

Já na sua escolha para desempenhar essa tarefa junto ao governo alagoano denotava a descoberta de suas qualidades de espírito e comunicação, seu tino diplomático, suas qualidades e aptidões para o exercício de funções em que se requer habilidade no trato, ao lado de suas outras de comando, decisão e bravura, que o elevariam a tão dignificantes postos.

A participação do Ajudante Luiz Alves de Lima e Silva nas lutas ou melhor qualificando, na Guerra da Independência, na Bahia, marcaria o início de seu glorioso destino militar e político.

Na Província das Alagoas, distinguido assim para, pessoalmente, levar na companhia do capelão padre Camará, o ofício em questão e parlamentar com as autoridades do governo, o Ajudante Luiz Alves de Lima e Silva saiu-se com o seu companheiro, a julgar pelo teor do ofício da Junta de governo em resposta ao Comandante do Batalhão, galhardamente.

A Junta prontificara-se a prestar todo o auxílio ao seu alcance ao Batalhão de Caçadores do Imperador.

Evocando, aqui, sua estada nas Alagoas, embora como simples Ajudante do Batalhão de Caçadores do Imperador, há cento e cinquenta anos passados, porém já investido de uma incumbência importante e delicada, faço-o como singela mas significativa homenagem dos alagoanos à sua glória de Condestável do Império Brasileiro.

A Esquadra que conduzira o Batalhão compunha-se de oito embarcações, tendo por capitânea a Fragata *União*, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra David Jawett. Este, em ofício de 23 de fevereiro de 1823, dizia-se "estar sobejamente sentido, não só de não ter ainda recebido resposta de um ofício que dirigiu (dirigi) ao Exm.^o Governo desta Província, e mesmo muito magoado da falta de socorro que tenha tido para desembarque das tropas e trem que conduzia a esquadra de meu comando" (...)

Os auxílios chegaram, porém, em tempo, para tanto se empenhado a Junta de governo, como a correspondência, posterior-

mente, trocada entre esta e o Comandante da Esquadra e o Coronel Comandante do Batalhão demonstra fartamente.

Um fato que singulariza a chegada do Batalhão de Caçadores do Império, que a Esquadra conduziu a Maceió, fora esta ter sido julgada inimiga, antes de ser identificada.

A Província vivia constantemente alarmada com as notícias de que tropas inimigas, européias, partidas de Portugal, ou de outro ponto qualquer, estavam para chegar a qualquer momento, tentando um desembarque. Era um clima de *suspense*. Batia-se a rebate ao surgirem no horizonte veleiros suspeitos. Temia-se um ataque de forças poderosas. As três Baterias da costa — de São João, São Pedro e Espírito Santo — esta no porto do Francês e aquelas entre Jaraguá e Pajuçara, talvez fossem impotentes para enfrentar o inimigo com maior poder de fogo, visto que eram de construção precária, sendo uma delas de madeira e dotadas de poucas bocas de fogo (4 canhões de calibre 24 e 9 canhões de igual calibre possuíam as primeiras).

As vilas das Alagoas e Maceió viveram momentos de agitação, ficando em pé de guerra à aproximação das embarcações tidas como inimigas e que compunham a Esquadra: corvetas *Liberal*, *Maria da Glória* e *Real Carolina*; fragata *União*; bergantim *Diligente*; brigue-escuna *Real*; escuna *Leopoldina*; transporte *Ânimo Grande*.

O Comandante das Armas, ao referir-se à Esquadra, fala em sete embarcações, quando foram, porém, oito.

Tendo pedido ao Capitão e Comandante da Esquadra, em ofício datado de 22 de fevereiro, duas Bandeiras nacionais, o Comandante Joaquim Mariano de Oliveira Belo logo que as recebeu, realizou o seu sonho acalentado pelo seu patriotismo: asteou no dia 24 de fevereiro de 1823, o que foi feito pela vez primeira em terra, na Bateria de São Pedro, em Jaraguá, a nova Bandeira Nacional, com uma salva de 21 tiros, correspondida pela Esquadra surta no porto.

Na generosa terra das Alagoas, tremulou ao vento naquele dia histórico, sob os olhares dos patriotas e ao troar dos ca-

nhões de terra e mar, o novo símbolo auriverde da Pátria Brasileira, enchendo de orgulho e esperanças todos os corações.

Tem-se a narrativa do acontecido com a aproximação da Esquadra no ofício que ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva fizera o Comandante das Armas Joaquim Mariano de Oliveira Belo, em ofício de 24 de fevereiro de 1823:

“No dia 22 do corrente, pelas 5 horas, da manhã, apareceu demandando estas costas uma esquadra de sete embarcações que supusemos em atitude de combate, fiz logo fortificar todos os pontos que podiam ser atacados, tocou-se a rebate na vila da capital, que dista desta seis léguas, e depois de a deixar defesa, e todos os cofres nacionais em segurança, avancei sobre esta vila a socorrê-la com um corpo de 300 corajosos, estando já a mesma em atitude de defesa. Cheguei aqui com o referido corpo às sete da noite, e achei ser esquadra de nosso Imperador, trazendo um batalhão para ir socorrer nossos irmãos baianos; fiz logo dar as mais enérgicas providências para o seu desembarque, e seus petrechos, e alguns socorros à esquadra, tudo segundo os poucos recursos desta província, mas tudo com entusiasmo pela nossa independência, e amor ao Imperador, e creio que o referido batalhão por estes 4 a 6 dias se porá em marcha”. (24)

A participação popular, prestada com o maior entusiasmo à defesa da terra, ficou perfeitamente configurada no arrazoado do Comandante das Armas. Porém, o movimento que eclodiu em Maceió fora de grande envergadura, mobilizando toda a sua população à aproximação da citada esquadra suspeita de inimiga.

O povo veio à rua e freuiu de ódio; e preparou-se para enfrentar o suposto inimigo, armando-se de qualquer modo, acorrendo aos quartéis e baterias, cavando trincheiras e fazendo barricadas, forrado do maior ardor patriótico e sentido de luta.

A alma popular tem dessas expansões de cólera que irrompem, nos momentos de desgraça, e se transmitem, contagiosamente, de ser a ser, para tornar-se, por fim, num delírio coletivo.

Não se trata de nenhuma fantasia, engendrada para dar fundo ao quadro, cujas cores o tempo já quase esbateu.

É através do testemunho histórico do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, Comandante do valoroso Batalhão de Caçadores do Imperador, contido no ofício por ele enviado também ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que se pode reavivá-lo, buscando nas suas palavras incisivas as cores que o farão voltar ao natural.

Foi um movimento patriótico, no verdadeiro sentido da palavra.

Disse ele:

“Ao avistar-se de terra a esquadra, supondo-se na vila de Maceió ser lusitana, desenvolveu-se no povo o mais admirável entusiasmo; todos correram às armas; e não só os homens moços, porém os velhos e as crianças que mal podiam com o peso das espingardas, todos se armaram, e guarneceram as praias e fortes; porém nada é tão notável como o patriotismo das mulheres, que saindo armadas para as ruas, corriam às casas umas das outras, convidando-se reciprocamente para a defesa da pátria qual delas se esforçava em chegar mais depressa aos pontos em que se achavam seus esposos, seus pais, ou seus filhos, para os auxiliarem no combate”. (25)

Nada é tão notável como o patriotismo das mulheres!, digo eu agora.

É, sem dúvida, esta uma página forte, valorosa, na história dos feitos da Independência na província das Alagoas, onde se destaca o papel heróico representado pela Mulher maceioense, principalmente, vindo juntar-se aos seus entes prediletos nas

trincheiras cavadas nas praias e nos demais postos de combate, em defesa da pátria. A Mulher patricia deu um exemplo magnífico de coragem e patriotismo, compartilhando com os seus da resistência que se planejara oferecer ao desembarque do inimigo estrangeiro, como se supusera.

Não é único este exemplo: O de Clara Camarão, na Guerra horandesa, lutando ao lado do seu marido Felipe Camarão, e o de Ana Lins, na Revolução de 1824, entrincheirada no Engenho *Sinimbu* — “baluarte da resistência republicana na província” das Alagoas, e que só foi tomado quando se esgotaram totalmente, as munições de guerra, são outros emoldurados de heroicidade e patriotismo.

A Esquadra comandada pelo Capitão de Mar e Guerra David Jawett trouxe também, em seu bojo, uma figura ilustre, o Conde de Beaurepaire, Jacques Antônio Marcos de Beaurepaire, em missão reservada ou, como diz o documento em que nele se fala, encarregado de “comissões muito interessantes ao Serviço Nacional” (26). Acompanhava-o uma comitiva de oficiais.

O Conde e os oficiais saltaram em Jaraguá em fevereiro de 1823, tendo a Junta recomendado a todas as autoridades provinciais lhes fossem prestados todos os auxílios e franquias na sua viagem a Porto Seguro, na Bahia.

Tudo leva a crer que o Conde de Beaurepaire fora enviado para parlamentar com o General Labatut, a respeito de modificações que seriam introduzidas nas frentes de batalha, na Bahia. Ou fosse encarregado de preparar o espírito do General Labatut, comandante em Chefe das operações de guerra, para receber as instruções novas, emitidas do Rio de Janeiro, a respeito das ditas operações conjuntas do Exército e Marinha que deveriam ter curso próximo.

V — A Província das Alagoas fez seguir para o campo de luta na Bahia, também os seus filhos.

Se não foi numericamente vultosa, a contribuição da Província não podia ser maior, pois requeria-se tropa já adextra-

da e não era aconselhável desfalcá-la, no momento, as pequenas guarnições com que contava para a defesa local a manutenção da ordem pública.

Enviou a Província 250 Milicianos, número superior ao contingente fluminense que veio com o General Labatut. Seguiram os Milicianos das Alagoas reunidos aos pernambucanos e fluminenses, sob a chefia geral do General Labatut.

Ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva a Junta comunicou, em 28 de janeiro de 1823, que “logo que por esta Província passou o General Pedro Labatut, mandamos em sua companhia duzentos e cinquenta homens, e não temos mandado mais tanto porque os paisanos é serviço inútil (...)”

Em torno da contribuição alagoana de tropas para a Bahia, gerou-se um mal entendido entre a Junta e o General Labatut, este batizando-as de “penedenses”. Este geonomástico, que Labatut insistira, teimara sempre em aplicar à tropa das Alagoas, parecera antes um capricho dele, abespinhado com a Junta, e que ninguém contraditara ou ousara discordar abertamente. “Penedenses” passaram a ser, em virtude disto, os soldados ou Milicianos da Província das Alagoas na Guerra da Independência, na Bahia. Mesmo quando cita, na sua correspondência, o nome das províncias, Labatut omite o das *Alagoas* para citar o da vila de *Penedo*. Porém, duas vilas alagoanas — S. José do Poxim e o Penedo, além da vila de Maceió, que enviou 9 soldados artilheiros, pelo menos, documentadamente provado, contribuíram para integrar o contingente de 250 Milicianos enviado pela Província das Alagoas aos campos de batalha da Bahia.

No corpo de sua “Resposta justificada”, Miguel Calmon du Pin e Almeida diz, fazendo referência às províncias que prestaram ajuda ao Exército Libertador, que “lembrei a de Alagoas, a quem não menos recorreu o Conselho; como se colige dos Documentos n.º 4 e n.º 5, recebidos pelo Conselho nos últimos tempos”. (27)

Gustavo Barroso, referindo-se à Guerra da Independência e realçando a posição dos baianos, cita, no tópico que se segue, a cooperação dos alagoanos ao lado dos outros brasileiros: “A essa luta dos baianos contra o forte exército do bravo general Inácio Madeira concorreram reforços pernambucanos, paraibanos, alagoanos e sergipanos, como também o famoso Batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro; mas o grosso da gente que se bateu indômita nos sangrentos combates do Funil, da Cruz do Cosme, da Conceição, do Cabrito em Itaparica, às margens do Paraguaçu e no Pirajá era composta de filhos da Bahia”.

Bateram-se bravamente os alagoanos, ao lado dos pernambucanos e fluminenses e tropas da Cachoeira e S. Francisco na célebre escalada de Pirajá, para a posse da Estrada das Boiadas, posto-chave.

Todas as tropas para o assalto ficaram sob o comando do major José de Barros Falcão de Lacerda.

Os Milicianos das Alagoas permaneceram incorporados ao batalhão de Pernambuco sob o comando do major Joaquim José da Silva Santiago.

Feriu-se, então, uma das batalhas mais encarniçadas e violentas, nela empenhando-se dois mil combatentes, segundo alguns historiógrafos, ou mil trezentos na opinião de outros.

Houve nesta batalha, um episódio narrado por Accioli, nas “Memórias Históricas da Bahia”, em citação de Braz do Amaral, grande historiador da Guerra da Independência na Bahia, e que pela sua dramaticidade vale aqui recordar: As forças brasileiras estavam a pique de ser envolvidas pelo inimigo português em superioridade numérica quando o comandante José de Barros Falcão de Lacerda ordenou tocar retirada, prevendo o desenlace iminente e terrível dizimação.

O corneteiro Luiz Lopes — registre-se o seu nome — desobedeceu porém a ordem e, num rasgo de audácia incontida, deu o toque de *cavalaria avançar* e, seguidamente, o de *cavalaria degolar*, ecoando sinistramente nos ares de Pirajá. O medo

pânico apossou-se das tropas de Madeira que incontinente recuaram, do que se prevaleceram os brasileiros para dar-lhes perseguição inexorável e heróica.

Pirajá caía, afinal, em poder dos patriotas brasileiros.

Ufanaram-se as tropas do Nordeste e do Sul pelo feito glorioso. Cento e cinquenta anos depois do Grito do Ipiranga, ufamamo-nos nós desta Região pela bravura e civismo do homem nordestino na luta pela Independência do Brasil, pugnando todos juntos, pernambucanos e alagoanos, com seus irmãos baianos e sulistas, pela glória maior e sempiterna do Brasil.

REFERÊNCIAS

- (1) CUNHA, Euclides da — À margem da História. III — Esboço da história política: Da Independência à República. Porto, 1913, 2a. ed.
- (2) BRANDÃO, Moreno — Alagoas em 1822. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Vol. XII, ano 55, 1927.
- (3) BRANDÃO, Moreno. Op. cit.
- (4) COSTA, Craveiro — O Visconde de Sinimbu. Brasileira.
- (5) Arquivo Público de Alagoas.
- (6) Arquivo Público de Alagoas.
- (7) Ata da Aclamação do príncipe D. Pedro de Alcântara como Defensor e protetor Perpétuo do Brasil, em Alagoas. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Vol. XIV, Ano 57, 1930.
- (8) COSTA, Craveiro — História das Alagoas. São Paulo, s/d 1928.
- (9) Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Doc. do Arquivo.
- (10) Arquivo Público de Alagoas.
- (11) Discurso de José de Souza Melo, secretário do governo provisional de Alagoas, enviado ao Rio de Janeiro para, em nome da província, protestar adesão e fidelidade a D. Pedro. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Vol. XIV, Ano 57, 1930.
- (12) COSTA, Craveiro. Op. cit.
- (13) Arquivo Público de Alagoas.

- (14) Idem.
- (15) Idem.
- (16) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu. Brasileira.
- (17) ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e — Resposta justificada à Declaração franca, que faz o general Labatut da sua conduta enquanto comandou o exército imperial e pacificador da Província da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. N.º 65, 1939.
- (18) Declaração franca, que faz o general Labatut da sua conduta enquanto comandou o exército imperial e pacificador da Província da Bahia. Idem, idem.
- (19) RUY, Affonso — Dossier do General Labatut. Rio de Janeiro, 1960.
- (20) DUARTE, Abelardo — Labatut nas Alagoas. *Revista do Arquivo Público de Alagoas*. Maceió, N.º 1, 1962.
- (21) Martins, Pe. Joaquim Dias Martins. Os mártires pernambucanos. Pernambuco (Recife) 1853.
- (22) Arquivo Público de Alagoas.
- (23 a 26) — Idem.
- (27) ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e — Op. cit.
- (28) BARROSO, Gustavo — Segredos e revelações da História do Brasil. 2a. ed. Rio de Janeiro, 1961.